

PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC

PUCViva

Nº 977 - 29/02/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

CONSUN CONSELHEIROS QUESTIONAM RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REITORIA

A sessão ordinária do Conselho Universitário de fevereiro foi marcada pela discussão do relatório de atividades 2015, peça que a reitoria apresenta todo ano para o conhecimento dos conselheiros. O texto mostra um amplo quadro das realizações da Reitoria no ano de 2015 e projeta ações para 2016. Segundo o documento a PUC-SP tinha, ao final do ano passado, 13.359 estudantes na graduação e 3.493 na pós-graduação. O quadro funcional apresentava 1.454 professores registrados (cerca de 1.300 em atividade) e 1.542 funcionários (excluindo-se os prestadores de serviço em número de 1.256).

Esse quadro, saudado como positivo pela Reitoria, provocou inúmeros questionamentos por

parte dos conselheiros. A professora Cibele Isaac Saad Rodrigues, da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde, lamentou que no quadro docente verificava-se um estagnação no tocante ao acesso à carreira em função do represamento que ocorre desde 2006. A professora Anna Cintra lamentou também o fato e disse que providências estão sendo tomadas pela reitoria para reverter esse quadro em 2017. A professora Cibele estranhou que no texto constasse como benefício aos funcionários um plano de previdência privada. Outros conselheiros esclareceram que se trata de um plano oferecido por bancos particulares, mas que não conta com nenhum aporte da universidade.

Já a professora Madalena Peixoto, da Faculdade de Educação manifestou-se assustada e indignada com as incongruências que o texto demonstrava. Para ela o fato do relatório admitir a existência de hora/aula é totalmente contrário às deliberações do estatuto que encaminha somente para a existência de contrato de tempo. "O que vale na universidade, o estatuto ou o Consad?", indagava a professora. Outra questão levantada referia-se ao número de funcionários maior do que o de professores, algo totalmente diferente da realidade de outras instituições de ensino.

FUNCIONÁRIOS

Muitos questionamentos surgiram do lado dos funcio-

nários administrativos. Nalcir Antonio lembrou indignado que o texto contemplava promoções na carreira funcional dos administrativos, o que não ocorre há muito tempo entre os funcionários.

Ainda segundo o conselheiro, benefícios como cesta básica e bolsa alimentação estavam mal dimensionados no relatório, o que provocou grandes dúvidas dos outros conselheiros. Por outro lado o número de atendimentos no ambulatório dito de forma estritamente quantitativa escamoteia a realidade do setor que hoje, trabalhando mais na linha de uma terapia ocupacional,

Continua na página 2

Inflação recorde corroi salário dos trabalhadores da educação

A prévia da inflação para o mês de fevereiro novamente assustou os economistas: puxado pelo preço dos alimentos o índice beirou 1,42%, maior índice para um mês de fevereiro desde 2003. A inflação acumulada em 12 meses também chega à marca inédita de 10,84%, medida pelo IPCA-15.

Por outro lado o crescimento negativo do PIB, aliado aos retrocessos dos investimentos externos e a subida desenfreada do dólar, sinalizam para um quadro de estagnação poucas vezes visto no país. Para frear a crise o governo federal sinaliza com reforma previdenciária, a volta da CPMF, reajuste fiscal, ampliação da terceirização. Os orçamentos das áreas sociais, que já sofreram reduções, foram ainda mais rebaixados. O Ministério da Saúde teve um corte de R\$ 2.543 milhões, enquanto que a Educação

teve sua dotação reduzida em mais R\$ 1.304 milhão. A nova crise do capitalismo mundial encontra hoje o Brasil fragilizado pela crise política de um governo que cede cada vez mais terreno para o grande capital, tentando salvar o seu mandato e atacando mais uma vez, e deliberadamente, os trabalhadores.

É nesse cenário que os professores e funcionários da educação começaram a discutir o seu reajuste, que tem por data base 28/2. Os docentes e funcionários estão levando à mesa de negociações um índice de 15% de reajuste, o que inclui a reposição inflacionária mais um percentual a título de aumento real. Além disso, os trabalhadores querem ver mantidas todas as cláusulas que compõem a convenção coletiva de trabalho.

A crise econômica do país atinge de uma forma violenta os trabalhadores da educação.

O corte de verbas nas escolas públicas e a retração das matrículas nas escolas privadas, tem feito com que o arrocho salarial atinja em cheio os educadores.

Na PUC-SP esse quadro é agravado com as medidas de contenção que a Fundação São Paulo e a Reitoria vêm implementando desde 2006. Redução de contratos, maximização, demissão de trabalhadores com acúmulo de trabalho para aqueles que permanecem na instituição, critérios massificantes de distribuição de turmas, são alguns percalços que enfrentamos no nosso dia a dia.

Por isso a participação dos trabalhadores nas discussões de reajuste e acordo interno de trabalho são fundamentais para que se preserve um mínimo de dignidade profissional e acadêmica.

Diretorias da APROPUC e AFAPUC

continuação da capa

deixa de dar um suporte adequado para os problemas de saúde do dia a dia dos trabalhadores.

TERCEIRIZADOS

Porém, o que mais causou indignação entre os presentes, foi a situação em que hoje se encontram os funcionários terceirizados. O relatório não estipula quantos prestadores de serviço encontram-se em funções terceirizadas, como segurança ou limpeza. Essa situação joga a PUC-SP na vala comum da superexploração da mão de obra, manobra do sistema capitalista que segundo o conselheiro, "é inadmissível em uma universidade que se diz católica".

O caso da empresa de limpe-

za Higilimp foi lembrado à exaustão. Vítimas de um calote por parte da proprietária da empresa, os funcionários foram dispensados e entraram em greve para receber salários atrasados. A PUC-SP contratou a empresa Impacto, que hoje já realiza a segurança da universidade. A pedido da Fundasp cerca de 50% dos funcionários da Higilimp foram recontraçados pela Impacto, mas os outros permanecem em situação precária, sem receber salários atrasados. Esta situação também se repete com os trabalhadores que foram contratados pela Impacto.

Essa situação revoltou alguns conselheiros, como Eudes Cardozo, representante discente da Faculdade de Ciências Sociais, que relatou verdadeiros assédios morais aos quais os trabalhadores da terceirizada estão submetidos. O representante discente da Facul-

dade de Direito também lembrou que os estudantes do Cursinho Popular tentaram criar uma creche para que, aos sábados, as trabalhadoras da Higilimp pudessem trazer seus filhos, mas foram impedidos pela professora Anna Cintra.

Já o padre Julio Lancelotti, representante da sociedade civil, concluiu que era impossível que o Consun aprovasse aquele relatório. "As colocações feitas aqui nos envergonham. Se a vida das trabalhadoras da limpeza acontece da forma como foi descrito aqui, nossa vida enquanto universidade está muito suja".

PARA CONHECIMENTO

A despeito de todas as críticas levantadas, a professora Anna Cintra insistiu que o relatório não estava em votação, posto que é

uma prerrogativa da Reitoria e só é apresentado ao conselho para que este tome conhecimento.

Porém, diante das queixas dos presentes a professora comprometeu-se a esclarecer todas as questões levantadas pelos conselheiros na próxima reunião do Consun.

Ao final da reunião Cintra foi questionada sobre o encaminhamento da Cátedra Michel Foucault, e diante do impasse criado pela falta de resposta do Grão Chanceler Dom Odilo Scherer, os conselheiros resolveram solicitar novamente um posicionamento do Conselho Superior da Fundação São Paulo.

Outro questionamento dos conselheiros referiu-se ao andamento do projeto de aposentadoria compulsória aos 75 anos. A professora também declarou desconhecer o andamento do projeto.

APROPUC questiona respostas do Sinpro-SP sobre repasse dos 7,66%

O departamento jurídico da APROPUC registrou nova manifestação junto ao Ministério Público do Trabalho em resposta ao pedido de esclarecimentos feito pela Procuradora do Trabalho Ana Luisa Zorzenon Vilela. Depois de acertado o pagamento parcelado dos 7,66% devidos pela Fundasp, a APROPUC estranhou os valores repassados pelo Sinpro-SP para os professores da PUC-SP, inferiores àqueles esperados. O Sinpro-SP entendia que o desconto efetuado referia-se às alíquotas previdenciárias. O Sindicato dos Professores argumentou que, embora conste do acordo que será de única e exclusiva responsabilidade da reclamada o pagamento de todos os eventuais impostos, taxas e contribuições porventura incidentes sobre o acordo, a cota parte do empregado na contribuição previdenciária não se enquadra no conceito de pagamento eventual.

Em resposta a essa assertiva o departamento jurídico da APROPUC contrapôs um lon-

go arazoado onde, em primeiro lugar questiona o princípio da eventualidade utilizado pelo Sinpro-SP. Para a APROPUC o texto do acordo não deixa dúvidas quando em sua cláusula 2.3 determina: "a reclamada (Fundasp) recolherá, sob sua única e exclusiva responsabilidade eventuais encargos previdenciários incidentes sobre o montante objeto do acordo sempre relativo aos trabalhadores".

Ainda segundo o documento da APROPUC, "o sindicato investigado deturpa o sentido do acordo e da própria lei (...)" uma vez que, segundo a instrução normativa 971/2009 da Receita Federal, "cabe ao reclamado (leia-se: empregador; leia-se: Fundação São Paulo) comprovar o recolhimento da contribuição anteriormente descontada do segurado reclamante, [...]".

Em síntese, para a APROPUC "não está escrito na petição que noticiou o acordo que o sindicato descontará e recolherá o INSS dos empregados (passados, presentes, futuros, ou "eventuais").

Também não consta na au-

lidade "planilha" indicação atribuindo ao sindicato descontar e recolher o INSS dos empregados (passados, presentes, futuros ou "eventuais").

Por fim, não há previsão em lei que autorize o sindicato a reter e recolher o INSS (passados, presentes, futuros, ou "eventuais") dos trabalhadores substituídos. Nos autos que originaram o acordo, o sindicato agiu na condição de substituto processual dos empregados, e não como empregador, sendo, por conseguinte, manifestamente ilegal que a entidade assumia obrigações de quem não representa".

Diante do que foi exposto

a APROPUC solicita que "o sindicato investigado se comprometa a devolver os valores já descontados a título de INSS dos empregados favorecidos, e se abstenha, doravante, de proceder qualquer desconto sob tal rubrica, sobre quaisquer valores pagos pela Fundação São Paulo por força do aludido acordo judicial homologado.

Observada a resposta da APROPUC, a Dra. Ana Luísa Zorzenon Goular Villela declarou que entende como prudente a convocação de uma audiência entre a APROPUC e o Sinpro-SP, o que deverá ser designada nos próximos dias.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino
Fotografia: Marina D'Aquino
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Juventude debate mercantilização da educação no país

Na noite do dia 24/2, o coletivo Juntos! organizou um debate com o tema "Educação não é mercadoria". O evento contou com a presença de Alexandre Terini, formado em História na PUC-SP; Vanessa Lafayette, presidente do Grêmio Estudantil da E.E. Gavião Peixoto; Camila Souza, diretora de Relações Internacionais da Oposição de Esquerda da UNE; e Luiza Coppieters, professora de Filosofia e militante trans.

Em sua fala, Terini traçou um histórico da crise pela qual a PUC-SP tem passado, que segundo ele se agravou principalmente a partir de 2012, quando a atual reitora da universidade, Anna Maria Cintra, assumiu sua posição através de um golpe arquitetado pela Fundasp. Hoje, sabe-se que a PUC-SP tem uma enorme dívida com bancos e, usando essa desculpa, a Fundasp vem realizando diversos cortes, demissões e fechamentos de turmas. Terini pontuou que a auditoria da dívida da faculdade, o fim do Consad, a criação de creche e cursinho popular devem ser pautas do movimento estudantil.

SECUNDARISTAS

Lafayette, por sua vez, trouxe ao debate a perspectiva da luta dos estudantes secundaristas, que durante o ano passado ocuparam diversas escolas no estado de São Paulo contra a "reorganização" do ensino proposta por Geraldo Alckmin (PSDB).

"A gente queria mesmo a revogação da medida, um



ANDRESSA VILELA

Estudantes debatem a mercantilização da educação na PUC-SP

diálogo e a participação com a comunidade escolar", afirmou, acrescentando ainda que a mensagem que ficou é a da necessidade de construir mais lutas e que os próximos passos já estão sendo pensados.

Em uma perspectiva internacionalista, Souza pontuou que os tempos pelos quais o Brasil passa hoje não são tempos comuns e que é em momentos como esse que a juventude deve se organizar e construir um novo

projeto de país, que seja um país "para muitos". Segundo ela, esse projeto passa pelo entendimento de que a universidade e a educação não podem ser um privilégio ou uma mercadoria.

EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO

Coppieters lembrou, enfim, como nos anos 70 iniciou-se um projeto neoliberal para a educação no Brasil, que pretendia cum-

prir o papel de produção de mão de obra necessária ao chamado "milagre econômico" criado pela ditadura militar. Segundo ela, tal discurso reduziu e empobreceu a educação, levando à criação de universidades que nunca tiveram diálogo com a sociedade. "A universidade é um mecanismo de produção de riqueza do capital [...], daí a importância de ocupar os espaços e lutar por um outro projeto de universidade", pontuou.

Economia Política lança livro em aula inaugural

O Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política e o Grupo de Pesquisas Políticas para o Desenvolvimento Humano da PUC-SP lançou, no dia 25/2 o livro "Austeridade Para Quem? Balanço e Perspectivas do Governo Dilma Rousseff", em evento que marcou o início do semestre letivo. Ao lado a plateia que lotou a sala do evento.



TALITHA ARRUDA

GAUCHE NA VIDA

Microcefalia, dengue e o colapso da saúde pública: por que o governo é impotente?

Gilson Dantas

A família trabalhadora e o povo pobre estão sendo vítimas de doenças que não precisavam existir. Milhares de casos de microcefalia, centenas de milhares de casos de dengue, com recorde de mortes, e mais a chikungunha, os três trazidos pelo mesmo mosquito, representam o abandono - pelos sucessivos governos - da saúde pública, que se alastra principalmente nas comunidades pobres. Eles governam para os ricos, os pobres sofrem as consequências.

O governo alega que "está perdendo a batalha contra o mosquito", mas a guerra sequer foi travada. Se a casta de políticos que governa para os capitalistas estivesse preocupada, ao primeiro sinal da doença e da praga do mosquito, o governo teria feito prevenção maciça, distribuindo repelentes naturais e telas/mosquiteiros para toda comunidade pobre, produzido em grande escala testes sorológicos/diagnóstico, deflagrado um plano nacional para garantir saneamento básico em cada região onde doenças como aquelas aparecem.

Metade do Brasil não conta com esgoto e saneamento e nem condições de moradia dignas. O SUS vem sendo destruído, sucateado, agentes sanitários precarizados, demitidos e com salários achatados. E diante do mosquito, dian-

te da epidemia de microcefalia, o governo perde em todas as frentes.

Se o governo estivesse preocupado com a mãe que tem sua gestação comprometida pela microcefalia, por que fica enrolando no debate sobre o direito ao aborto? Por que gasta milhões de dólares nas Olimpíadas, enquanto não existe um único centro de atenção à criança com microcefalia e sua família que seja de qualidade, público e gratuito?

Microcefalia é um quadro gravíssimo, que inclui mutilação neurológica permanente para a criança e sobrecarga igualmente permanente para familiares que já vivem carências terríveis. É o futuro roubado de toda uma geração; esta doença não é como a pressão alta, ou a artrite, que podem ser corrigidas. São danos para sempre, eis a barbárie capitalista.

Foram esses distintos governos que abriram a porta para o mosquito, através da exclusão de grandes massas de moradia, de saneamento básico e de qualquer planejamento urbano, sem falarmos nas carências nutricionais crônicas (pela falta regular de ovos, carnes, o que arrasa a imunidade da família trabalhadora) e poluição.

Como se não bastasse, os governos não cessam seus ataques contra o emprego, arrancando direitos conquistados (como o de acidente do trabalho etc) e segue privando as comunidades pobres de água [a cri-

se hídrica não cessou], coleta de lixo, esgoto e agentes sanitários. As melhores terras rurais e urbanas estão em mãos de ricos; é a especulação imobiliária capitalista quem lança a classe pobre para regiões de risco, seja de avalanches nas chuvas, pragas ou doenças.

Há um debate em torno de grandes negociatas que empresas capitalistas de produtos químicos fizeram com o Ministério da Saúde para lançar venenos nas águas de comunidades pobres a pretexto de combater o mosquito e que estariam causando microcefalia; notícia-se outros venenos e mesmo vacinas experimentais que o governo desastrosamente jogou naquela região pobre onde a microcefalia explodiu e segue crescendo. É importante abrir o debate de forma independente do governo sobre esses temas, a partir da esquerda, entendendo que Monsanto e a indústria capitalista - com cobertura da ONU/OMS - são capazes de tudo em função do lucro. Basta ver que deixaram o mosquito voltar para depois gastarem nas vacinas de multinacionais os recursos que não gastaram para barrar o mosquito e vencer a microcefalia.

Em suma: o governo não quer e nem pode resolver o problema, está de rabo preso com banqueiros, dívida pública e grandes negociatas. Senão por que não libera a licença para a gestante que queira se cuidar contra o mosquito, ou se proteger contra a microce-

falia? E os bairros onde se mora no meio da água parada, do mosquito, do racionamento de água [que obriga a ter caixa de água ou algum armazenamento de água no quintal] por que não libera prédios e conjuntos habitacionais vazios? Por que não contrata na juventude frentes de trabalho para saneamento imediato dos bairros pobres? E o direito elementar da mulher para poder abortar, escolher se quer ou não ter um filho com microcefalia? E a mulher que escolha ter o filho [com microcefalia], onde estão os centros equipados com profissionais para todo tipo de atenção à criança com microcefalia? E por que o governo não produziu repelente natural em grande escala e não distribuiu em massa telas/mosquiteiros, desde que a dengue voltou a crescer e o mosquito a se espalhar?

Falta de recursos? Mentira: não faltou dinheiro para a Copa, e o governo continua gastando milhões na invasão do Haiti. E o SUS, conquista das lutas sociais, virou lugar de filas sem fim, sem leitos, sem UTIs, e a saúde foi sendo privatizada. Jamais venceremos essas pragas sem uma reestatização do SUS sob controle dos trabalhadores. E sem uma ofensiva a partir da esquerda, sindicatos combativos e centros estudantis levantando aquelas bandeiras de luta.

Gilson Dantas é sociólogo e foi preso político durante a ditadura militar.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ocupação da MABE entra na segunda semana

No dia 23/2, estudantes, trabalhadores e movimentos sociais, junto a operários da metalúrgica MABE, fecharam a principal via de Campinas em solidariedade à ocupação da fábrica que recentemente decretou falência e demitiu quase dois mil funcionários.

Os operários estão acampados na frente da fábrica desde 22/12 e decidiram ocupá-la durante a semana passada. A ocupação acontece no sentido de dar visibilidade ao descaso com o qual a fábrica tem tratado os tra-

balhadores, que exigem seus postos de trabalho de volta, além do pagamento de salários atrasados. Ainda segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, nenhum dos funcionários demitidos recebeu guias para o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tampouco termos para receberem o seguro desemprego.

O presidente do sindicato, Sidalino Orsi, declarou à Agência Brasil que a empresa opera uma manobra financeira. "É um golpe para forçar a empre-

sa a quebrar e, depois, conseguir um novo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), retomando a produção com mesmos maquinários e instalações sem nenhum passivo jurídico", disse. Ainda não houve resposta ou manifestação pública por parte da empresa.

A ocupação tem aceitado doações de alimentos não perecíveis para a serem enviados aos trabalhadores em apoio a sua luta. Interessados em ajudar podem deixar suas doações na sede da APROPUC, à Rua Bartira, 407.

Ações pelo meio ambiente ganham força no país

Depois do rompimento da barragem da Samarco em Mariana, MG, a sociedade civil parece estar tomando consciência da importância de ações de defesa do meio ambiente que preservem a população de desastres ambientais como o de Minas Gerais.

Na próxima terça-feira, 1/3, deverá acontecer a primeira reunião do Abraço Guarapiranga 2016.

O Abraço mobiliza cidadãos no sentido de alertar empresas e governos para a urgência de se construir uma nova cultura de cuidado com a água, denunciando a indignação em relação ao descuido na preservação dos mananciais.

A reunião será na sede do Grupo dos Escoteiros Almirante Tamandaré, em São Paulo, às 19h.

Por outro lado, no último sábado, aconteceu no Rio de Janeiro o Grande Ato Público contra a Barragem do Guapiaçu, rio localizado no município de Cachoeiras de Macau.

Segundo o Movimento Baía Viva, se a barragem for construída, provocará o desmatamento de 10 milhões de árvores da mata atlântica, a remoção de centenas de famílias de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária, além de gerar enormes prejuízos econômicos com a provável perda de mais 15 mil empregos.

Plenária nacional decide próximos passos da luta dos trabalhadores

Mais de 60 entidades estiveram presentes na plenária convocada pelo Espaço Unidade de Ação que aconteceu no mês passado, no Sindicato dos Metroviários em São Paulo. A plenária foi muito representativa, com a presença de ativistas dos movimentos populares, sindical e estudantil de mais de 10 estados. A tarefa do encontro era construir nas lutas uma alternativa aos dois blocos políticos colocados no cenário atual do país: o bloco de apoio, liderado pelo PT, e o bloco da oposição, liderado pelo PSDB.

Dentre as iniciativas propostas pelo Espaço de Unidade de Ação - como um jornal de distribuição nacional, um ato também nacional e outras ações -, foi determinada a publica-

ção de uma Declaração Política, construída coletivamente, com o objetivo de servir de norte para as próximas ações.

Algumas das propostas contidas na declaração passam pelo apoio às lutas em curso dos trabalhadores e pela organização de movimentos de luta classistas entre os trabalhadores e a juventude.

As centrais discutiram proposta é de que o 1.º abril seja um dia de manifestações, nos estados, buscando unificar o que for possível na data, desde categorias em paralisação, atos públicos, panfletagens, agitação com carro de som, bloqueio de estradas e outras manifestações, conforme a realidade de cada local. E que esses atos repercutam a

pauta de lutas e mobilizações que já estão ocorrendo nesse início de ano, em particular as lutas contra as demissões, contra os ajustes nos estados e municípios, que denuncie a proposta de reforma da previdência e as privatizações. As questões locais devem ter destaque também, bem como as demandas dos movimentos populares e outros segmentos.

Nesse momento, a Central Sindical Conlutas vem organizando encontros e reuniões para a aprovação de alguns encaminhamentos aprovados na plenária: realização de uma manifestação nacional, organização de um ato nacional no dia 1º de Maio alternativo aos atos tradicionais e edição de um jornal nacional.

ROLA NA RAMPA

Seminário sobre Imigração acontece nesta semana

Dos dias 1 a 3/3, a PUC-SP receberá o 1º Seminário Internacional Imigração e Escolarização, que contará com palestras e relatos de pesquisas sobre o assunto, com o objetivo de divulgação e debates. As palestras serão feitas por professores de universidades internacionais e brasileiras. Participam dos relatos de

pesquisas orientados do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP, da FEUSP e da Universidade Metodista de São Paulo. Todas as informações para inscrição e programação do seminário podem ser obtidas no site www.migracaoeducacao.com.br

Direito da PUC-SP recebe selo de qualidade da OAB

Mais uma vez o curso de Direito da PUC-SP foi contemplado com o selo de qualidade "OAB Recomendada". A Ordem dos Advogados do Brasil destaca 130 cursos de Direito do Brasil, dentre os mais de mil cursos do país, sendo que em São Paulo são ape-

nas 13 instituições escolhidas. O diretor da Faculdade, Pedro Paulo Manus, recebeu o prêmio da professora Anna Cintra e na ocasião declarou que todo mérito é dos docentes que carregam o curso mesmo em condições sofríveis de trabalho.

Professora da PUC-SP lança livro

A editora Perspectiva e a Livraria da Vila convidam para o lançamento do livro "Nova Economia Política dos Serviços", de Anita Kon. Na obra, a autora discute e analisa o papel do setor de serviços, que passou a ocupar um lugar importante na produção econômica e na política dos Estados e dos países e no cotidiano dos indivíduos. Ani-

ta Kon é economista com doutorado pela FEA/USP e atualmente é professora titular e pesquisadora do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. O evento acontecerá no dia 12/3, sábado, das 15h às 18h, na Livraria da Vila do bairro Jardins Alameda Lorena 1731.

AFAPUC e APROPUC questionam valores da PLR

As associações de professores e funcionários encaminharam à Fundasp um ofício solicitando a revisão dos valores pagos pela mantenedora a título de abono da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). As associações entendem que os valores recebidos são inferiores àqueles que a legislação vigente sobre

a PLR determina. Segundo a Resolução Normativa 1558 os pagamentos da PLR estão isentos da tributação do Imposto de Renda. Além disso, os trabalhadores foram taxados sobre valores somados aos seus salários, o que redundou, em vários casos, em descontos pelo topo da tabela.

ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

15/3

TERÇA-FEIRA

17h30

Sede da APROPUC

Pauta: Eleições da APROPUC